

“O IFAP não é reconhecido pelas Finanças nem Bruxelas”

Há questões de “ordem operacional” relacionadas com a reestruturação do Ministério da Agricultura que são para João Machado “inaceitáveis”. O presidente da CAP defende: “não é possível extinguir dois organismos como o INGA e o IFADAP, de onde dependem todos os pagamentos comunitários e que têm de ser reconhecidos tanto pelo Ministério das Finanças como pela União Europeia, fundi-los e ter chegado ao ponto de não termos esse dois organismos pagadores, porque estão extintos e o que resultou da fusão, o IFAP, não o está nem Bruxelas nem em Portugal”. “Neste momento o IFAP não é reconhecido pelo Ministério das Finanças, o que é uma coisa extraordinária”, diz.

“O que acontece é que há mecanismos de segurança para o Estado português para ser bem pago”, afirma João Machado. “O Ministério das Finanças teria de reconhecer o IFAP e não o reconheceu ainda”, sublinha – “não deve achar que estão reunidas as condições para o IFAP ser reconhecido”, acrescenta. O que quer dizer, conclui, que “neste momento, o Ministério da Agricultura encontra-se na situação anacrónica de não ter uma entidade pagadora

– do Estado português não ter uma entidade pagadora para todo aquilo que é política agrícola”. Daí que defenda que quando em 2007 foi publicado um calendário de ajudas que deveriam ter sido pagas, “podem arranjar as desculpas que quiserem para dizer que não as pagaram e até podem algumas delas ser pequenas verdades. Mas há uma de fundo que é não ter organismo pagador”.

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) foi criado na sequência da reorganização do MADRP, iniciada pelo actual Governo. O novo órgão uniu as funções até então realizadas pelo INGA – Instituto Nacional de Garantia Agrícola e pelo IFAD – Instituto de

Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas.

Finanças contestam e dizem que IFAP está acreditado

Contactado o Ministério das Finanças, fonte oficial afirmou que “o IFAP está acreditado como organismo pagador da maior parte das ajudas agrícolas comunitárias por despachos ministeriais competentes”. E, “nessa medida, o IFAP tem pago com normalidade as ajudas agrícolas habituais”.

Contudo, “no que respeita às medidas novas financiadas pelo FEADER [Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural], o Governo tem estado a criar o quadro legal e administrativo necessário que permita pagamentos, com segurança, das ajudas aos agricultores”. Adianta, em resposta escrita ao Jornal de Negócios, que “as indicações que o Ministério das Finanças e da Administração Pública tem, aliás confirmadas por declarações hoje [sexta-feira passada] prestadas publicamente pelo Ministro da Agricultura, é que o Decreto-lei que inclui estas condições será publicado na próxima semana”, que começa hoje.



Nesta altura o MADRP encontra-se na situação anacrónica de não ter uma entidade pagadora para a política agrícola.

João Machado
Presidente da CAP

Preços dos cereais condiciona investimento no biocombustível

Jaime Silva disse que os cereais não eram prioritários. A alta das matérias-primas alterará esta opinião?

O ministro já veio dizer que era preciso produzir mais cereais, mas, quando chegou, dizia que os cereais eram para acabar. Os biocombustíveis, o preço das farinhas e as condições internacionais deram razão à ideia de que o País precisa de uma reserva de alimentos, para minimizar impactos do mercado internacional. Os cereais entram na alimentação dos animais influenciando o preço da carne e leite. Não se pode pensar a curto prazo na agricultura.

Foram dados os sinais errados?

Não foi prudente acabar com as ajudas e transmitir a ideia de que os cereais eram para acabar. Este ano há mais hectares semeados, mas temos de esperar para ver se há mais produção. Não foi também inteligente matar a electricidade verde [ver caixa ao lado].

O ministro falhou nesta questão?

Não é possível que um governante, só porque a conjuntura é má, re-

tire os apoios e diga que não vale a pena ter agro-ambientais e que os cereais são para acabar. Dois anos depois a conjuntura é distinta e teríamos beneficiado se os apoios tivessem continuado.

Os biocombustíveis estão a influenciar o preço do pão, leite e carne?

Nos biocombustíveis houve pouca prudência da UE e de Portugal. Primeiro porque foram estabelecidas quotas quando não havia mecanismos legais e de produção. Depois porque não foram medidos os impactos nos sectores referidos. Agora, os preços dos cereais estão tão altos que não compensa produzir biocombustíveis, que hoje competem directamente com as rações.

Mas com os cereais altos, o rendimento dos produtores aumenta...

O rendimento dos produtores melhorou, mas uma coisa é o que os produtores recebem e outra aquilo que os consumidores pagam, já que toda a cadeia incorpora um pouco dos aumentos. Apesar de tudo, os cereais em Portugal estão mais ba-

ratos do que quando aderimos à UE, ou seja, mais uma vez, os incentivos à produção não devem ser conjunturais e sim estruturais. Se forem de conjuntura as pessoas, estando mal o mercado, abandonam-no e depois, quando vira, já não conseguem repor os níveis anteriores.

A área de cereais aumentou?

Este ano, sim. Não sei quanto, mas nos cereais de sequeiro, como o trigo, é superior. Mas é normal, o mercado está melhor e as pessoas respondem. Isto não quer dizer que haja mais produção, por causa da seca. Não é por ter chovido uns dias que as coisas mudam.

E qual o impacto do RPU? A sua introdução levou ao abandono de cereais.

Porque os cereais sem as agro-ambientais e com o preço de mercado eram deficitários. Como há a ajuda sem produzir, então faz-se prados e tem-se gado, por exemplo. Não pode haver, nesta matéria, medidas de curto prazo. Quem saiu dos cereais em 2005, agora não pode voltar atrás. E dariam jeito ao País.

AS CRÍTICAS AO GOVERNO



Reforma das OCM

“A presidência portuguesa da UE saldou-se por ausência: muito pouca intervenção e negociação. A última e única grande negociação que foi feita, da OCM [Organização Comum de Mercado] da vinha e do vinho saldou-se por um péssima negociação para Portugal. O País antes recebia entre 60 a 62 milhões de euros e agora recebe 30 milhões de euros.

Nas hortofrutícolas a reforma não altera significativamente as coisas no sector em Portugal, genericamente. No caso do tomate em particular, é outra vez uma má reforma, porque deixa o

sector da produção, que é muito forte em Portugal, em maus de lençóis.

No açúcar, a reforma da OCM foi um desastre. A reforma do açúcar levou a acabar com a produção de beterraba sacarina em Portugal e éramos dos melhores da Europa. Com um investimento brutal, porque era toda mecanizada. No caso da beterraba sacarina, foi a UE que financiou a instalação da fábrica em Portugal e agora vai financiar a sua saída.

O tabaco, embora incipiente em Portugal, foi outro sector que acabou.”

Florestas

“Tenho muita dificuldade em apontar uma medida positiva nesta governação. Do ponto de vista estrutural da agricultura portuguesa não consigo mesmo apontar nenhuma. No caso das florestas é paradigmático. É a paralisação total do sector em três anos. As ZIF [Zona de Intervenção Florestal] não avançam por falta de regulamentação; sobrou dinheiro do quadro comunitário porque os projectos não conseguiram ser implementados; foi o que se viu na faixa do nemátodo e com a doença dos sobreiros. Continua tudo parado. Tem a ver com a regulamentação deste quadro comunitário e com legislação que acabou de sair da RAN [Reserva Agrícola Nacional] e da REN [Reserva Ecológica Nacional] que impossibilita a plantação de espécies florestais em determinados terrenos, quando se dizia claramente que o objectivo era tornar os terrenos agrícolas menos produtivos em florestais. É a incongruência e a paralisação total do sector. Tivemos inclusivamente um secretário de Estado das Florestas que não teve em funções mais do que um ano e que foi agora substituído. É o caos total.”



Relações CAP - Ministério da Agricultura

“As relações institucionais são más. Tendo um sector que levou 30 anos a organizar em termos associativos e que no caso da CAP tem uma cúpula que é parceiro social, no Conselho Permanente de Concertação Social, não se pode de maneira nenhuma pensar – e é isso que o MADRP pensa – que se pode prescindir deste activo da sociedade civil substituindo tudo pelo Estado. Não pode, porque isso é um Estado retrógrado. Para além de discordamos da política, discordamos do modo como o Ministério se relaciona com as confederações: tenta permanentemente desorganizar o movimento associativo organizado, no sentido de ‘dividir para reinar’. No sentido de, desorganizando, descredibilizar – não é maneira séria de governar. O ministro luta contra o movimento associativo organizado no sentido de o enfraquecer porque o movimento associativo organizado está contra as políticas que ele defende. Não é aceitável, do ponto de vista de um parceiro social como a CAP.”



“Electricidade verde”

“Electricidade verde”

“Porque é que acabou? Porque é do orçamento nacional. São 20 milhões de euros por ano, do OE [Orçamento do Estado], de que beneficiavam 27.000 agricultores e 50.000 explorações. Não faz sentido fazer um discurso de competitividade, de Alqueva, de investimento em obra pública, de dizer no Proder [Plano de Desenvolvimento Rural] o mais importante é o Alqueva, de fazer uma lei da água que obriga os agricultores a regar, quer queiram quer não. E depois dizer, a maneira de regar é com electricidade e a electricidade é a mais cara da Europa e nós afinal já não damos o apoio. Espanha prolongou a medida até 2010.”